



Anais da Assembléia

Nº 31

CURITIBA, SEXTA, 18 DE ABRIL DE 1975

ANO I

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 44ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 18 DE ABRIL DE 1975. (Sexta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Jurandir Messias, secretariada pelos Srs. Deputados Otássio Pereira e Quielse Crisóstomo.

À Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Paulo Camargo, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accio Netto, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, José Domingos Scarpelini, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nilso Sguarezzi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Peitrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (44); achando-se ausentes os Srs. Deputados Gabriel Sampaio, Del Ciel, Adalberto Daros, David Federmann, Domício Scaramella, Ivan Rüppel, João Cioni Netto, Muggiati Filho e Nelson Buffara. (9).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. GABRIEL MANOEL — (Pela ordem). Sr. Presidente, solicito a chamada nominal dos Srs. Deputados, para verificação de quorum, para ver se há número para o início da Sessão.

O SR. PRESIDENTE — O Sr. 1º Secretário procederá a chamada nominal dos Srs. Deputados requerida pelo Sr. Deputado Gabriel Manoel.

(É feita a chamada nominal).

O SR. PRESIDENTE — Responderam a chamada 25 Srs. Deputados, há número legal para iniciar a Sessão.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, à Mesa, após ouvido o Plenário, seja consignada em Ata, um voto de pesar pelo falecimento dos jovens CARLOS ALBERTO SABÓIA BADER e JORGE LUIZ VIANA DEHOLLEMBENOCORRIDOS na cidade de Ponta Grossa.

Requer, outrossim, que após sua aprovação, dê-se conhecimento do mesmo à família enlutada, residente na cidade de Ponta Grossa.

Justifica-se o presente Requerimento pelo fato dos jovens mencionados, falecidos tragicamente, sejam pessoas altamente

relacionadas na cidade, tendo contribuídos para a comunidade princesina.

Sala das Sessões, em 15 de março de 1975.

a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Após a aprovação do Plenário, requeiro seja oficiado ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Secretário dos Negócios da Segurança Pública, formulando apelo no sentido de que seja determinado imediatamente o novo Delegado de Polícia de Maringá e, que aquela Delegacia receba equipamentos e homens especializados para o combate ao crime.

MARINGÁ, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é já uma cidade de 250 mil habitantes. Se os órgãos do Governo Federal, principalmente o IBGE, não sabem disto; que pelo menos o Governo do Estado saiba. MARINGÁ é o centro polarizador de uma região riquíssima, composta por mais de 1 milhão de habitantes e, por isto mesmo, se constitui em centro preferido pela mendicância, pelos desocupados e, onde proliferam marginais dos mais perigosos.

A cidade está AMEAÇADA. O povo maringaense exige a proteção devida dos órgãos de segurança do Estado. A situação está incontrolável. Os crimes são cometidos e recometidos, estimulados pela ineficiência da Polícia. Segundo informação da própria Delegacia de Polícia de Maringá, a Polícia Civil não tem material humano suficiente nesta cidade, para enfrentar o crescente índice de crimes.

O assassinato do Sr. Pedro Cândido do Nascimento, guardada da Câmara Municipal, ocorrido na última sexta-feira; ainda está envolvido em mistério, apesar das pistas deixadas pelos bandidos. Tudo leva a crer que esse homicídio, assim como, outros que vêm acontecendo em Maringá, são realizados sem um motivo ou explicação razoável, constituindo ao que parece, em apenas uma maneira macabra de diversão.

Os Vereadores de Maringá já estiveram em Curitiba e não foram ouvidos, nem atendidos. Entretanto, continuam acreditando que o Governador irá realmente, como apregoou, declarar guerra à burocracia. Que as providências sejam efetivamente imediatas. Que a tranquilidade da família paranaense seja resguardada com a pronta ação de nossa força policial.

Anexamos recortes dos jornais "Folha de Londrina" e "Diário do Norte", que reportam uma parcela do terrorismo que envolve a nossa cidade de Maringá.

Sala das Sessões, em 18 de abril de 1975.

a) VALTER PEITRÂNGELO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve no uso de suas atribuições e com a anuência do Plenário, Requer, seja enviado expediente ao Sr. Presidente do Banco do Estado para que seja instalada uma agência daquele estabelecimento em São João do Caiuá.

A presente solicitação prende-se ao fato de que o Município de São João do Caiuá, apesar de possuir outras agências bancárias não possui ainda uma do estabelecimento oficial do Estado.

Pelo volume de transações comerciais, movimento prove-

niente da agropecuária, justifica-se plenamente essa reivindicação das autoridades e população residentes naquele município.

Solicita outrossim, que da deliberação desta Casa, seja da ciência ao Sr. Governador do Estado, bem assim ao Prefeito de São João do Caiuá.

Sala das Sessões, em 15 de abril de 1975.

a) WILSON FORTES

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja oficiado ao Sr. Dr. Afonso Alves de Camargo Netto, Diretor — Presidente do do Banco do Estado do Paraná S/A., no sentido de providenciar a instalação de uma agência do Banco do Estado do Paraná, na cidade de Imbituva.

JUSTIFICATIVA:

Sendo uma das principais cidades que compõem a Região dos Campos Gerais, Imbituva desfruta hoje de uma posição sócio-econômica invejável, tendo como sustentáculo a produção agrícola do soja, trigo, milho, feijão, e outros produtos bases, possuindo também um comércio sólido e atuante e um parque de pequenas e médias indústrias em pleno desenvolvimento.

Justo se faz que o Governo participe do progresso do município, instalando uma Agência do Banco do Estado do Paraná nessa cidade, dando condições aos agricultores, comerciantes, industriais e à comunidade em geral a desfrutarem dessa casa de crédito oficial do Paraná.

Sala das Sessões, em 15 de abril de 1975.

a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e com o devido respeito, vem requerer a Vossa Excelência, uma vez ouvido o Egrégio Plenário desta Casa de Leis, se digne oficial ao Exmo. Sr. Secretário de Segurança Pública, no sentido de coibir as irregularidades que a polícia de Boa Vista da Aparecida, Distrito do Município de Capitão Leônidas Marques, vem cometendo de forma abusiva.

Sala das Sessões, em 18 de abril de 1975.

a) FIDELCINO TOLENTINO

JUSTIFICATIVA:

Senhor Presidente, Senhores Deputados, não é do nosso feitio levar a termo fatos como os que vêm surgindo naquele município, desde há muito tempo. Aliás, notícias das mais variadas chegam até nós a respeito da conduta e do comportamento, não só do Delegado Municipal, como também de sub-Delegados e subalternos.

Recentemente, por exemplo, um cabo lotado na sede daquele município, de nome Quintino, apossou-se de um revólver de Domingos Brusche, que reside em Alto Alegre, negando-se a devolver a arma. Afora este caso, outros já em que as armas tomadas são vendidas logo após o ato, como ocorreu com 2 pistolas calibre 22, que foram adquiridas de um sargento por Rogério Fernandes, em Aparecidinha, por Cr\$ 120,00, conforme informações prestadas por João Gonçalves da Rocha.

Inobstantemente, o sub-tenente de Boa Vista da Aparecida teria feito João Waltrick engulir uma cédula de Cr\$ 100,00, deglutindo-a com água de enxurrada, consoante alegam alguns.

Nestas condições, tais arbitrariedades devem ser coibidas,

razão por que, em nome dos subscritores do abaixo-assinado anexo, fazemos este apelo.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições requer, à Mesa, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Diretor Geral do DER, o presente expediente, com as seguintes considerações e sugestão:

Considerando que cerca de 7 a 8 mil pessoas, entre universitários, professores e funcionários, que freqüentam a Universidade Estadual de Londrina, se utilizam de veículos para a travessia da PR-72 no contorno de Londrina, junto à referida Universidade;

Considerando ser a mesma uma travessia perigosa, confirmada por acidentes ali ocorridos;

Considerando que a "segurança" na referida travessia tem sido a grande meta dos universitários e professores da Universidade;

Vem sugerir e apelar no sentido de que o DER estude a possibilidade de — com a maior urgência possível — complementar a extraordinária obra, que foi a PR-72, fazendo construir ali naquele contorno e junto à Universidade Estadual de Londrina, uma passagem ou trevo, possibilitando assim maior segurança e tranquilidade a milhares de famílias.

A medida é do mais alto alcance, pois somente considerando o número de universitários que freqüentam a referida Universidade, já estaria assegurada a justeza da obra que se reclama.

Sala das Sessões, em 18 de abril de 1975.

a) DÁCIO LEONEL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem pelo presente, REQUERER à Mesa, após a atenção e anuência do Plenário, seja enviado, por esta Casa de Leis, um Pedido de Informações à TELEPAR, no sentido de que aquela empresa informe a este Poder o que se abaixo especifica:

a) — Houve, por parte da Telepar, ou subsidiária uma pesquisa, visando a implantação de telefones móveis, ou qualquer denominação que haja, para veículos?

b) — Em caso afirmativo, em quais cidades do nosso Estado foi efetuada esta pesquisa?

c) — Se a mesma foi efetuada, em que quantia ficaria estipulado o preço do referido benefício?

d) — Confirmada a pesquisa, seria a mesma rentável à Telepar e acessível aos usuários?

e) — Estaria a Telepar em condições de implantar o sistema em tempo breve nos locais pré-determinados?

f) — Se não houve a referida tomada de opinião, estaria nos planos da Telepar fazê-la?

Prende-se o citado pedido de informações, Sr. Presidente, por acharmos que a implantação de telefonia em veículos automotores, como uma das melhores soluções para o angustiante problema porque passam os motoristas de taxis do Paraná, que vivem em permanente perigo face ao aumento assustador de assaltos que vêm acontecendo em nosso Estado. A implantação da medida, faria com que, o motorista, possuidor do determinado aparelho possa, ao lhe solicitar os documentos (do passageiro evidentemente), enviar informações a uma central, identificaria o conduzido, evitando, desta maneira, um possível assalto, que teria, como pode acontecer, um fatal final, como vem comprovando os noticiários de imprensa em relação ao assunto.

Com relação ao mesmo assunto, também, os proprietários de veículos particulares, estariam protegidos contra assaltantes, e a medida, se posta em prática, viria solucionar inúmeros outros problemas, que aqui não exporemos, visto que o presente Requerimento, apenas quer informações sobre como se encontra o assunto.

Apenas citamos estes, para corroborar a necessidade da criação do sistema, e, se nos lembramos dos motoristas de taxis o foi, numa hora em que, graças aos céus, nada ainda ocorreu de pior, para não sermos, caso apresentássemos o presente pedido de informações, na hora do fato acontecido, fôssemos taxados de oportunistas e demagogos.

Sala das Sessões, em 18 de abril de 1975.

a) GILBERTO CARVALHO

SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Passa-se ao Pequeno Expediente. Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Valter Pietrângelo.

O SR. VALTER PEITRÂNGELO — Sr. Presidente, declino da palavra.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Ivo Thomazoni, Líder da Arena.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Fiquei, atendendo ao que desta Tribuna solicitou o Deputado Nilso Sguarezi, de trazer a esta Casa algumas informações sobre a situação em que se encontram os proprietários de glebas de terras do município de São Jorge do Oeste que deverão ser inundadas proximamente com a abertura das comportas da represa das obras da Usina de Salto Osório.

A informação obtida por esta liderança junto à Justiça Federal e a Eletrosul dizem que o valor da desapropriação inicialmente fora estabelecido na ordem de dois mil cruzeiros ao alqueire Paulista; será acrescido depois da peritagem feita para Eletrosul e pela Justiça Federal separadamente e depois conjuntamente para aproximadamente sete mil cruzeiros ao alqueire paulista, desde que não tenha a terra propriedade e nem pastagem. Quando a terra tiver estas benfeitorias o seu valor crescerá em muito. Portanto o valor inicialmente estabelecido de dois mil cruzeiros agora para sete mil cruzeiros haverá um acréscimo, na ordem, aproximadamente de trezentos e cinquenta por cento do valor inicial.

Devo, também, esclarecer não havia prazo estabelecido para o corrente mes, segundo o Sr. Deputado Nilso Sguarezi, para 15 ou 16 do corrente mes para a abertura das comportas.

O prazo estabelecido pela Eletrosul para a inundação da área está previsto para 15 de junho. Mas, pretende a Eletrosul, já a partir de 15 de maio, que um dos Diretores daquela obra esteja no local para efetuar o pagamento das importâncias a todos os moradores daquela área.

O engenheiro Gilberto Costa e Silva, Diretor Técnico da Eletrosul, assegura que a partir de 15 de maio aquela obra estará com seu funcionário emitindo cheques no local da obra para todos os proprietários, quer posseiros ou quer proprietários de terras, ocupantes de porções de terras a serem inundadas. Por outro lado, tive a oportunidade também de conversar com o Coronel Jansen de Mello, perito designado pela Justiça Federal que me assegurou de que o valor em nenhuma hipótese haverá de ser inferior a sete mil cruzeiros, o alqueire para terras virgens.

Acrescente-se, desse valor, o preço das terras com pastagens ou com propriedades. Era a informação que cabia fazer no Pequeno Expediente, para também, nesta oportunidade, congratular-me com o Secretário dos Transportes, Dr. Ozires Guimarães, que prosseguindo com suas reuniões no interior do Estado, estará reunido hoje em Pato Branco com Prefeitos Municipais da ARENA e do MDB, jurisdicionado ao Distrito Rodoviário sediado naquele Município.

Na oportunidade, serão firmados convênios que são da ma-

nutenção, conservação e melhoria das estradas daquela região.

Idêntica medida, Sr. Exa. havia adotado, com relação ao município da área jurisdicionada a Cascavel.

Amanhã, Pato Branco receberá também, Prefeitos do Sudoeste do Paraná, onde será entregue um trabalho de levantamento da área da micro-região Sudoeste do Paraná.

E amanhã ainda, Pato Branco sediará um encontro do Tribunal de Contas do Estado do Paraná com as Câmaras Municipais e Prefeitos Municipais daquela região, oportunidade em que será....

O SR. PRESIDENTE — A mesa comunica ao nobre orador que concederá mais um minuto para o término de sua oração.

O SR. IVO THOMAZONI — Para concluir, devo dizer, que será ministrado um curso pelo Tribunal de Contas, que haverá de se iniciar no período da tarde. Eram as comunicações, Sr. Presidente, além de outras que, possivelmente terça-feira o Governo haverá de fazer, sobre as providências que estão sendo adotadas no sentido de facilitar o armazenamento e escoamento da safra agrícola que se anuncia como uma das maiores de todos os tempos. Muito obrigado. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — Concede a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Dácio Leonel.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Utilizamos deste “pinga fogo” apenas para que possamos fazer um registro no sentido de dizer da nossa satisfação pela escolha do engenheiro Mário Cesar Stamm às funções de Coordenador da 7ª Coordenadoria Geral do DER, em Londrina.

Ele já desempenhou anteriormente essas funções, já esteve à testa do DER, foi Deputado Federal pela Região-Norte Paranaense e agora reassume as funções suas na 7ª Coordenadoria Geral do DER, antigo 7º Distrito Rodoviário.

E dizemos isso porque no início da sua profissão de Coordenador, sente-se a sua presença e o seu interesse em resolver diversos problemas que têm sido muito reclamados pela Região Norte do Paraná.

Uma das suas primeiras medidas, já foi tomada, foi o início do recape asfáltico no trecho que liga Ibiaporã a Londrina, cujos serviços iniciados, têm conclusão prevista no prazo de sessenta dias. É uma obra muito reclamada, uma estrada que pelo seu alto índice de acidentes vinha se destacando como uma das maiores em acidentes do ano de 1974.

E temos conhecimento, que assim que seja completada esta etapa do recape da referida estrada, logo a seguir será iniciada a construção da terceira pista nas rampas mais acentuadas, tendo em vista as condições técnicas daquele percurso.

Indiscutivelmente, é o início e a demonstração do sentido de trabalho do engenheiro Mário Cesar Stamm. E podemos assegurar, temos conhecimento através de Prefeitos da Região que representamos, de que o engenheiro Mário Cesar Stamm tem também promovido reuniões com diversos Prefeitos daquela região e que esteve em Ibiaporã, Rancho Alegre, 1º de Maio e outros municípios, procurando se inteirar dos problemas e encontrar soluções, inclusive com estudos preparados pelo Serviço de Pavimentação a baixo custo.

Daí por que o registro que fazemos desta Tribuna pela iniciativa auspiciosa do engenheiro Mário Stamm a frente da 7ª Coordenadoria Geral do DER.

Também queremos justificar a presença na Mesa de um Requerimento de nossa autoria através do qual apresentamos sugestão no sentido de que o DER estude com a maior urgência a possibilidade de completar esta extraordinária obra que é a BR-72, fazendo construir no contorno de Londrina, junto à Universidade, uma passagem no trevo que possibilite maior segurança a milhares de famílias, dado o enorme número de universitários que a têm que utilizar para transpor aquela rodovia. — (Sem revisão do orador)

OSR. PRESIDENTE — Está finda a Hora do Pequeno Expediente.

Concedo a palavra no Grande Expediente ao Sr. Deputado Lúcio Machado, primeiro orador inscrito.

Ô SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não sabemos até que ponto pode chegar, na decrescência de seu valor funcional e ativo, a representação popular, a representação do povo. E a cada dia que passa de nosso mandato, sentimos que o valor do Deputado corresponde infelizmente, a muito to pouco com referência ao povo.

Falo hoje sobre um projeto com aspecto de Mensagem, apresentado no ano de 1972 pelo ex-Deputado Cândido Manoel de Oliveira, projeto revestido do mais alto sentimento de justiça, que procurou alcançar a resolução de um dos problemas mais acientuados do funcionário público do Estado do Paraná, projeto que procurou buscar o beneplácito da Assembléia Legislativa do Estado, obtendo a sua aprovação sem qualquer contestação, para ser depois de uma delonga de quase dois anos, por meia dúzia de palavras, declarado vetado pelo Executivo estadual.

Trata-se, Sr. Presidente, de reclamações justíssimas de mais de cem funcionários públicos do Estado, admitidos pela Resolução 220/74, num contrato renovado de cinco, seis e até sete meses, correspondendo isto de que há funcionários dos enquadrados e contratados por esta resolução, que já têm sete anos de serviços prestados ao Estado do Paraná. Falo sobre os funcionários denominados ensacadores, ou furadores, aqueles que prestam serviços nas barreiras e divisas do Estado. São chefes de família, em sua totalidade, que recebem ainda, até hoje, um vencimento que varia de 400 a 560 cruzeiros mensais. O apelo desses funcionários carreados ao então eminente Deputado Cândido Martins de Oliveira, sensibilizou de tal forma aquele Deputado, Deputado do Governo, que, de imediato fez tramitar por esta Casa um Projeto de Lei pedindo o enquadramento desse pessoal que, além de receberem o salário miserável, o salário de fome, o salário vergonhoso, não tem ele o apoio da previdência social, não tem ele a segurança social que todo trabalhador, que todo cidadão deve ter, mesmo nos países mais paupérrimos - e não é o caso do Brasil.

E diz o Projeto do então Deputado Cândido Martins de Oliveira, datado de 30 de agosto de 1972:

“Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a efetivar os atuais servidores, contratados como pesadores, que contem com cinco anos ou mais de serviços prestados ao Estado;

Art. 2º — Os servidores referidos no artigo anterior que tenham concluído o Técnico de Contabilidade, serão classificados nas séries de classes correspondentes, do Quadro do Pessoal Civil do Estado;

Art. 3º — O tempo de serviço de contratado, dos servidores abrangidos por esta Lei, será devidamente contado como de efetivo serviço público estadual.

Art. 4º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.”

Uma justificativa, resumida em poucas palavras mas que sintetiza, contudo, os objetivos do projeto, e manifesta também a preclariade, a inteligência, a capacidade do Legislador, diz-se seguinte:

“Os ensacadores, contratados pelo Estado, visados pelo presente Projeto de Lei, diferem do funcionário efetivo apenas por não possuírem os direitos e garantias da efetividade.

Impedidos de contribuir, são marginalizados da previdência

cia e da assistência dos órgãos especializados do Estado, o que, sem dúvida, configura uma situação de disparidade inaceitável.

São poucos os ensacadores, embora desempenhem uma importante e eficiente atividade, ligada às nossas principais iniciativas econômicas.

Por esses detalhes, espera-se o apoio e a aprovação desta medida do mais alto sentido social e humano.”

Este Projeto, Srs. Deputados, permaneceu nesta Casa por alguns anos, e os ensacadores permaneceram e estão ainda permanecendo sem nenhum atendimento.

Na sua tramitação, o projeto recebeu os pareceres de todas as Comissões, e todos foram favoráveis.

Senão, vejamos o Parecer da Comissão de Constituição e Justiça:

“1 — O presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado Cândido Martins de Oliveira, visa autorizar o Poder Executivo a efetivar os atuais servidores, contratados como pesadores, que contem com cinco ou mais anos de serviços, prestados ao Estado, bem como classificar os servidores já mencionados, que tenham concluído o Curso de Técnico de Contabilidade, na série, de classe correspondente, do Quadro de Pessoal Civil do Estado, e ainda contar, como de efetivo serviço público estadual, o tempo de serviço prestado como contratado, pelos mesmos servidores.

2 — Referida proposição está de acordo com o que dispõe o artigo 123 e seus parágrafos, no Regimento Interno.

3 — Dadas as razões apresentadas na Jurisdição do Projeto pelo seu ilustre autor, opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

O Projeto teve sua tramitação legal. Encontramos aqui o parecer da Comissão de Finanças, que diz: “O Projeto de Lei em análise visa estabilizar importante segmento do corpo funcional do serviço público, dando ensejo aos contratados como pesadores a serem efetivados, e, dentre estes, os que tenham concluído o Curso de Técnico de Contabilidade o direito de serem classificados na série de classes correspondentes, do Quadro do Pessoal Civil do Estado. Oportuno, portanto.

Tratando-se, por outro lado, de Projeto de Lei simplesmente autorizativo, não há como invocar que sua aprovação possa determinar aumento nos encargos financeiros do Estado, não havendo, portanto, incompatibilidade constitucional para o mesmo.

Pela APROVAÇÃO”.

Vejá, Sr. Presidente, a ânsia de necessidade, do recalque, do abandono, fez com que esses poucos funcionários, que vão a pouco mais de 100 funcionários regidos por uma sistemática estabelecida em contrato de trabalho. Esses funcionários que prestam serviços diuturnamente na fiscalização da economia do Estado, esses funcionários que são chefes de família, esses funcionários que estão há 5 ou 7 anos trabalhando como contratados, para arrecadar para a economia do Estado, receberam mais uma triste injustiça por parte do Governador, que recebendo um projeto, como uma simples mensagem, que no entender do próprio Governador, não oneraria de forma alguma os cofres do Estado, porque pedia e pede o Projeto simplesmente um tratamento, colocando no quadro do pessoal esses contratados. E o Sr. Governador teve a coragem pessoal de não atender essa classe sofrida e vetou o Projeto de Lei que teve um ano de tramitação na Casa do Povo, demonstrando mais uma vez a nossa falta de capacidade, porque votado o Projeto nesta Casa, os Srs. Deputados naquela oportunidade representados pela maioria do Partido do Governo, um Projeto que era, realmente, da Bancada, representa

tiva do Governo, não se reuniu para derrubar o veto.

Tenho a impressão, até, me permito a análise, que se o Projeto tratasse do aumento de vencimento dos Desembargadores, de Secretários de Estado, dos homens de posição do Governo, acho que nem seria vetado, mesmo que onerasse a economia do Estado. Mas, se fôsse vetado pelo Governador, tenho certeza, que a Casa teria se reunido para derrubar o veto e fazer com que o Projeto tivesse validade.

Mas, como se tratava como se tratou simplesmente de funcionários humildes, de simples ensacadores, de homens que trabalharam dia e noite correndo o risco de sua própria vida nas barreiras e nas divisas do Estado, não se reuniu a Assembléia Legislativa do Estado para derrubar um veto indignamente apostado ao Projeto de Lei que pretendia resolver a situação de cem famílias, de cem chefes de família que vêem seus filhos relegados ao abandono e que, no entanto, são filhos de funcionários do Estado do Paraná.

São injustiças e incoerências, falta de respeitabilidade humana que são cometidas pelos Poderes Públicos contra os pequenos e humildes.

Desentranhamos esse Projeto de Lei e ele está em nossas mãos. Vamos encaminhar, nesta oportunidade, uma Mensagem ao Governador do Estado para que sinta S. Exa. que nós não queremos exorbitar de nossas atribuições; será uma Mensagem simples, contida por poucas palavras, mas que pede que se faça justiça, principalmente, a esses injustiçados.

E, não vamos desistir. Se em breve S. Exa. não se manifestar sobre a nossa Mensagem, sobre a nossa solicitação, voltaremos, porque fato como este não onera o Estado; veto como este é o aspecto mais triste da injustiça social; veto como este não credencia, de forma alguma nenhum tipo de Governo.

Sabemos que este projeto não pediu e não decretou a oneração das despesas do Estado, apenas modificou o enquadramento desses funcionários para que, pelo menos, pudessem ter a assistência da previdência social. Mas, é quase costume; porque onera a receita do Estado. É como bem provou aqui ontem Enéas Faria, onera o Estado atendendo a necessidade de uma classe, mas nunca onera o Estado quando se faz uma publicação de quase um milhão de cruzeiros para ficar encaixotada nos recantos do Palácio Iguaçu; publicação feita em papel de primeira linha, publicação com fotografias das mais exorbitantes que dão aspecto de material importado.

Onera o Governo, onera a economia deste estado quando alguma coisa é pedida, e com justiça, para aqueles que estão sofrendo a injustiça da percepibilidade de um direito. Vamos encaminhar Sr. Presidente, Srs. Deputados, Mensagem pedindo o enquadramento do pessoal ensacador contratado pelo Estado do Paraná.

A simplicidade desta Mensagem caracteriza o nosso ponto de partida para esta grande luta, luta que não envolve uma multidão, mas que envolve um pequeno número de povo, de famílias, que, naturalmente sem vergonha, devem envergonhar-se de dizer que são funcionários do Estado, porque recebem pouco mais que 15 cruzeiros por dia de trabalho. (Lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário seja encaminhado apelo a Sua Excelência o Senhor Governador do Estado no sentido de que determine urgentes medidas, visando o enquadramento do Pessoal Suplementar da Secretaria de Estado das Finanças, contratados como Pesadores, e que tenham mais de 5 anos de Serviço Público prestados ao Estado.

Sala das Sessões, em 17 de abril de 1975.

a) LÚCIO MACHADO”

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilson Sguarezzi, segundo orador inscrito.

O SR. NILSON SGUAREZZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Inicialmente apenas uma breve referência às palavras do líder do Governo, que há poucos instantes esteve nesta Tribuna para dar explicações à Casa das providências que a Eletrosul tomou.

Referiu-se ele de que com relação às terras desapropriadas de Salto Osório, a Eletrosul pretende pagar agora um preço de, no mínimo 7 mil cruzeiros o alqueire, ou seja, 350% a mais do que 02 mil cruzeiros que se propunha a pagar — e mais: estabeleceu-se o prazo de 15 de maio para efetuar este pagamento, diretamente do local, aos proprietários, e que as comportas só serão abertas dia 15 de junho.

Fico satisfeito porque as nossas palavras, o nosso berro aqui não foi em vão. Mas quero alertar à Casa de que, como eu disse, estava escrito no processo que a abertura das comportas seria em abril. É a posição da Eletrosul no processo, no despacho do Juiz eu o tenho em mãos.

O meu esclarecimento é de que faltamos com a verdade, naquela oportunidade. Realmente estava designada a data de 15 de abril e lá em Salto Osório todo mundo sabia disto. (Lendo): “Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, 19 de abril de 1883 é uma data histórica no Brasil.

Povo que não tem História, não tem cultura.

Cultura e História são as perspectivas básicas de uma Nação, as nações se constroem com homens e estadistas.

Entre os maiores estadistas que a Nação brasileira teve, mormente neste Século, e sem qualquer medo de saudosismo ou de reverência demagógica, teremos que apontar Getúlio Vargas que no dia de hoje, ao assinalar-se o seu 92º aniversário do seu nascimento, traz para o Brasil de hoje a lembrança de um homem de grandes idéias, o terceiro elemento forjador das nações — AS IDÉIAS.

Se hoje me proponho a reverenciar a figura de ilustre brasileiro é porque ele exerce influência constante e positiva nesta Nação.

Vargas, foi sem dúvida, o Presidente que melhor soube interpretar os anseios do povo brasileiro e que o mais incansavelmente buscou uma forma de afirmação do Brasil, no Conselho das Nações; e seu desprendimento pessoal traduzido no sacrifício da própria vida o imortalizou e passou a ser historicamente conhecido não como ditador e o caudilho da Revolução de 30, mas como o Presidente popular e nacionalista que inaugurou verdadeiramente o marco do grande desenvolvimento.

Mas, como um presidente popular e nacionalista que inaugurou verdadeiramente o marco do grande desenvolvimento irreversível que o Brasil passou e continua a viver.

Getúlio já fora testado no Governo do R. Grande do Sul como Governador estadista, porque conseguiu através de um clima de cordialidade, reconciliar os ferrenhos republicanos de Júlio de Castilho e Borges de Medeiros e os libertadores de Silveira Martins e Assis Brasil, para então se projetar no cenário brasileiro.

E partiu da terra de Bento Gonçalves e David Canabarro, para a grande campanha presidencial de 1930, percorrendo o País, e angariando não só a simpatia das classes trabalhadoras mas até a preferência dos bravos revolucionários de 5 de julho de 22 e 24 que, exilados em terras estrangeiras, davam apoio ao bravo gaúcho na empreitada de conseguir o poder desta Nação.

A incontestabilidade e o triunfo de Vargas ficou patente quando a Aliança Liberal, levantou o Brasil em armas para que Getúlio Vargas, assumisse, em 3 de novembro de 1930, o Governo da República.

Verdadeiramente, então se operou uma revolução no Brasil, porque idéias passaram a ser institucionalizadas e implantadas numa reforma administrativa, conquistas irreversíveis como

a do voto secreto, o direito da mulher votar e ser votada; as jornadas de oito horas de trabalho, o direito de férias, do salário família, o salário-maternidade e a Consolidação das Leis do Trabalho, patrimônio jurídico do Brasil, e um dos diplomas legais mais progressistas, que esta terra conhece.

Além disso, abordou e encaminhou à solução definitiva a criação do Ministério do Trabalho, da Educação, da Saúde e da Aeronáutica. Bem como a Justiça Eleitoral, que passou a ser integrada ao Poder Judiciário, porque até então, ela constituía o que hoje constitui uma mera Justiça Eleitoral. Com firmeza e independência, o Presidente Vargas soube conduzir a Nação, no conflito mundial, declarando a guerra como condição irrecusável ante o torpedeamento traiçoeiro de nossos navios pela força do eixo.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é nos dias de hoje que mais ressalta a figura do ex-Presidente, pois quando se instala no Congresso Nacional uma CPI, para apurar a influência de capital estrangeiro, agora sob a forma de multinacionais, que sereaviva uma luta nacionalista encetada intransigentemente por Getúlio Vargas. Volta Redonda, Vale do Rio Doce, Superintendência da Valorização da Amazônia, Petrobrás e Eletrobrás, são criações imperecíveis de um homem que teve que dar sua própria vida para que estas conquistas permanecessem na Nação e hoje constituem elas a base econômica da tão decantada segurança nacional. E fácil seria imaginar um Brasil onde não se verificasse a existência de uma dessas Empresas.

Todavia, seria impossível traçar um perfil deste homem se não vissemos nele o padrão da nacionalidade brasileira, sempre pronto à solidariedade e nunca ofuscado pela força do Poder que deteve nas mãos. Manteve-se quinze anos no Poder e não dispensou a colaboração de nenhum brasileiro, mesmo dos que o combatiam ferozmente como Eduardo Gomes, Juarez Távora, Luiz Carlos Prestes e Plínio Salgado, apenas para destacar as cabeças pensantes de diferentes ideologias que então se podia seguir nesta Pátria. E a todos, indistintamente e por três vezes, anistiou como pressupostos e consequências de sua vocação democrática.

Por tais razões é que se constitui o dia de amanhã em verdadeiras romarias, quer na Praça Tiradentes, ao pé de sua estátua onde está a Carta Testamento ou no Rio de Janeiro, na Cinelândia, onde verdadeira multidão, principalmente da classe trabalhadora, presta uma homenagem que julgamos válida porque Vargas, como disse em suas últimas palavras "saiu da vida para entrar na história".

E para concluir, Sr. Presidente, estendemos esta homenagem principalmente aos contemporâneos de Vargas e entre eles o jornalista que fez a cobertura na época, e que continua a crescer sobre a figura de Vargas, o professor José Domingos.

Presto esta homenagem porque, como disse: "um povo que não tem história não tem condições e não poderá firmar-se no seu futuro". Todo homem vive em perspectiva de três tempos — passado, presente e futuro. Somos hoje o presente e teremos que legar para o futuro o que conseguimos tirar de bem do passado.

Pertencemos a um Partido, o Movimento Democrático Brasileiro, que se julga um fiel depositário das teses, idéias e da bandeira desfraldada por Vargas. E suas idéias continuam hoje no Brasil, idéias que continuarão amanhã, e ele, como patrono deste nacionalismo autêntico, merece esta homenagem, porque continua a orientar decisivamente os brasileiros de hoje que inspirados por seu exemplo, na infinita devoção aos interesses da causa pública, continuam a pelear com confiança e imorredoura coragem de que haveremos de fazer desta Nação a Pátria livre, grande e forte, como que sondava o indomável Presidente Getúlio Vargas".

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, terceiro orador inscrito.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Diversos Parlamentares da Legislatura passada, denunciavam nesta Casa, o Governo que os antecedeu.

E agora nós, desta Tribuna, por dever de consciência daquilo que pregamos em nossas campanhas políticas, estamos adotando a mesma posição.

Venho de uma cidade próxima a esta: Ponta Grossa, e vimos que o Governo de Emilio Gomes e outros faziam com que a imprensa do Paraná, a rádio-difusão, as emissoras de televisão, dessem a total cobertura à inauguração de obras inacabadas. Em minha cidade, foi inaugurado, três ou quatro vezes, o Instituto de Educação. E os Srs. Deputados são testemunhas que participam de uma viagem que não teve fim, inauguração da Estrada de Ferro Central do Paraná.

E aqui mesmo, somos testemunhas que roupa suja se lava em casa, este Plenário foi inaugurado há menos de dois meses, e aqui dentro quase nada funciona. Se olharmos para o alto, vemos que as inúmeras lâmpadas que nunca iriam queimar quase nenhuma está acesa. O sistema de som que seria o melhor de todo o território nacional, já não funciona mais. E se continuar a mencionar esse excesso de disparidades, principalmente no que se refere à assistência técnica, creio que muito há para se improvisar. O dia em que vier a falhar o sistema de condicionamento de ar, teremos que abrir uma janela para que ele possa entrar um pouco neste Plenário.

Então, o que vemos e que isso tudo acontece porque esses homens querem deixar seus nomes na história, mas com essa história nós não comungamos, porque é transitória, como a inauguração desta Casa.

E eu pergunto: "E a saúde dos funcionários que permanecem oito horas dentro deste prédio, como será?" Sei que a responsabilidade não cabe a esta Mesa Executiva, mas quem será o responsável por este ambiente irreal que vivemos nesta Casa?

Desejo trazer ao Paraná, através do Comitê de Imprensa, que nós mesmos inauguramos obras que não tem, obras que estão sempre se complementando. Os Srs. Deputados mesmos são testemunhas de que há um projeto de uma outra via na estrada Curitiba-Ponta Grossa, mas esse projeto só está no papel, nos jornais, para o Sr. Secretário de Viação e Obras Públicas, para o Sr. Governador falarem aos paranaenses. Ontem, ou melhor, antes de ontem, mais de dez pessoas foram vítimas, perdendo a vida, naquela estrada. E isso acontece quase todos os dias.

Fazemos um apelo, em nome dos Srs. Deputados desta Casa, para que se construa, imediatamente, o acostamento naquela importante estrada.

O início da construção lá está, Srs. vão ser testemunhas. Lá está abandonada há mais de duas semanas, não vemos nenhuma máquina mais, não vemos asfaltamento sendo feito naquele acostamento, e cada dia que passa, mais a família paranaense está exposta à sanha da morosidade, no sentido de estradas do Estado do Paraná. Estes são os assuntos que não são meus, são da família paranaense e estendem-se às nossas famílias.

Queríamos nesse nosso pronunciamento, cumprimentar S. Exa. o Sr. Ministro da Saúde do Governo Geisel, que se fez com que aqueles reclamamos nossos de campanha de companheiros que nos antecederam neste mandato, de Deputados Federais e companheiros da Arena denunciasses que alguma coisa teria de ser feito, no sentido de saúde do povo brasileiro. Não admitimos que alguém que não tivesse um instituto qualquer, tivesse um ente seu, um ente familiar qualquer fosse levado a qualquer hospital brasileiro, e na saída deste tivesse que empenhar toda a sua família, os seus bens, para pagar a manutenção daquele doente, o custeio daquela enfermidade, e agora o atual Ministro da Saúde do Brasil, numa Comissão de alto nível, para fazer com que, em todo o território nacional, todo particular, que não possua instituto algum, seja institucionalizado para que todo o mundo tenha acesso e cuidado de sua saúde. Nós, do MDB, dentro do plano do Governo Brasileiro e da Família Brasileira, quando o Governo acerta uma medida, também somos os primeiros a vir à Tribuna, através da imprensa, para testemunhar que nós queremos também que as medidas certas do Governo Federal, Municipal ou

Estadual, sejam aceitas dentro do MDB, fazendo com que esta senha, este assalto à mão armada, da família brasileira, termine, porque somos testemunhas, pois fomos procurados há duas semanas por uma família dos Campos Gerais, falando que, nesta Capital, havia internado seus parentes e agora para retirá-los, tinha que assinar nota promissória de cinco mil cruzeiros, para o pagamento de uma semana de tratamento, ficando o custeio aberto e não tem a família condições e nós comparecemos a este hospital que visitamos e seu Diretor Executivo nos adiantava de que a Federação Brasileira de Hospitais está realizando desde já um estudo dos preços e principalmente da assistência humana a toda a Nação Brasileira. A pedido desta Comissão, nomeada pelo Ministro, fazia com que aquela promissória de 15 mil cruzeiros, com a interferência de nossa e de alguns amigos não fosse concretizada.

Mas, quero fazer a esta Casa um Requerimento, encaminhando à Mesa Executiva, em meu nome e em nome do MDB, para o qual quero pedir a colaboração da ARENA, porque creio ser o mesmo pensamento de 54 Deputados desta Casa. Externar em nome do Poder Legislativo do Paraná, a S. Exa. o Sr. Ministro da Saúde, nossos aplausos, porque com esta medida em todo o território nacional, põe fim a estes assaltantes da família, cerceando aquilo que parecia não mais ter fim. Porque, de acordo com o poder financeiro do cliente, o médico estipulava seu trabalho, sua assistência. Quando era cerceado o poder econômico, cerceava também a assistência médica.

Ao finalizar, queria estender à Mesa Executiva, de que os erros apontados por este Deputado, em referência a este Poder, não são da atual Mesa, como não são, em parte da Mesa que acabou seu mandato. São, isso sim, da afronta feita pelos homens que passam a responsabilidade também a outras Mesas Executivas, e fazem com que a bomba estoure nas mãos do vizinho.

Neste momento, queria falar da responsabilidade total do ex-Presidente desta Casa, que numa sanha de dar ao Paraná, durante a sua gestão, a inauguração deste prédio, fez com que este poder fosse inaugurado sem ter as condições mínimas de funcionamento. Hoje não temos som, amanhã poderemos não ter ar aqui dentro e poderemos não ter, consequentemente, o funcionamento desta Assembléia Legislativa. Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Otássio Pereira, quarto orador inscrito.

O SR. OTÁSSIO PEREIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lendo): "O hino Nacional Brasileiro. na poesia patriótica de Osório Duque Estrada, conta uma das passagens mais importantes da nossa HISTÓRIA, lembrando:

OUVIRAM DO IPIRANGA ÀS MARGENS PLÁCIDAS
DE UM POVO HERÓICO O BRADO RETUMBANTE
E O SOL DA LIBERDADE EM RAIOS FULGIDOS
BRILHOU NO CÉU DA PÁTRIA NESTE INSTANTE.

Sim, Srs. Deputados, a 7 de setembro de 1822, o Brasil proclamava a sua Independência.

Independência que trinta anos antes custara vidas preciosas. Independência que foi forjada pelo sangue e pela bravura de um povo heróico que conseguiu conquistar com braço forte com amor ao Brasil, com sangue e com lágrimas, a liberdade, suprema aspiração do homem, absoluta conquista dos povos democráticos.

Esta liberdade, Srs. Deputados, que pretendo, quando estamos às vésperas do Dia de Tiradentes, exaltar aqui, ao mesmo tempo que pretendo falar um pouco a respeito de Joaquim José da Silva Xavier, o Mártir da Independência do Brasil.

Que desejavam aqueles homens, que conspiravam nas caladas da noite, que trocavam idéias e entregavam suas vidas à luta pela liberdade do Brasil, quando corria o ano de 1700. Que aspiravam aqueles brasileiros, incondidentes, que conhecendo o perigo de ansiar a liberdade, passavam noites e noites a debater os caminhos da salvação do Brasil, atrelado pelos grilhões a Portugal com sua economia transferida para Lisboa e com os impostos —

que a Rainha Maria I necessitava para manter a faustosidade da Corte?

Presos, os incondidentes foram condenados à MORTE.

Eram onze conspiradores, onze brasileiros condenados pelos seus sonhos de liberdade e de independência.

Onze homens que não haviam se importado com as consequências de seus atos e que preferiram morrer, bravamente, pela Mãe Pátria que viver a senectude com a omissão dos que não se importam com seus ideais.

A 20 de abril de 1872, a Rainha Maria I, que lá de Portugal governava o Brasil, julgou o pedido de clemência em favor dos conspiradores. Todos os prisioneiros tiveram suas penas transformadas em desterro. Só a condenação à morte de um permaneceu: Tiradentes, Joaquim José da Silva Xavier, era considerado pela Coroa como INDIGNO DA REAL PIEDADE.

E no dia 21 de abril de 1972, o campo de Lampadosa, no Rio de Janeiro, assistia a morte de um brasileiro idealista, ativo, independente, patriota, que de cabeça erguida se dirigiu à forca, mostrando com a sua altivez que o Brasil, naquele momento, dava os seus primeiros passos para a conquista da liberdade.

MAS SE ERGUES DA JUSTIÇA A CLAVA FORTE

VERÁS QUE UM FILHO TEU NÃO FOGE À LUTA

NEM TEME, QUEM TE ADORA A PRÓPRIA MORTE.

Vejam, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a diferença que existe entre os homens.

Vejam Tiradentes, de cabeça erguida, os olhos voltados para a eternidade, o coração pulsando de amor ao Brasil, caminhando para a morte, sereno, tranquilo, dando ao País o exemplo que transformou o seu sangue na bandeira que nos levou à Independência.

Era preciso, após o flagelo do espírito, o flagelo do corpo. Seu corpo foi esquartejado, salgado e espalhado pelos locais onde ele e seus amigos se reuniam.

A casa de Tiradentes foi arrasada e seus descendentes declarados infames.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o sangue de Tiradentes não ficou perdido nas calçadas do Rio, naquele 21 de Abril de 1792. O sangue de Tiradentes não ficou no Campo da Lampadosa como simples sangue humano e mortal. Ele se transformou na chama que iluminou corações, na bandeira que armou legiões, ele se transformou em amor.

E foi o amor, Srs. o amor ao Brasil que nos levou às margens do Ipiranga. E foi o amor que nos trouxe a estes tempos, a estas épocas; há em nossos corações, muita inspiração daquele sangue derramado a 21 de Abril de 1792".

O SR. JOSE DOMINGOS SCARPELINI — V. Exa. permite um aparte³ (Assentimento).

Nobre Deputado, apenas para acrescentar ao pronunciamento de V. Exa., que, como Abraham Lincoln disse que as idéias se combatem com idéias e não com violências, nos dias de hoje homens idealistas que defendem as suas causas e as suas ideologias, também são combatidos com violência neste nosso País.

Nobre Deputado Otássio Pereira, é muito oportuno o seu pronunciamento nesta Tribuna, hoje, revivendo a figura imortal de Tiradentes, que como V. Exa. afirmou, morreu o corpo mas não morreu a idéia: o sangue que correu pela sua morte, fez brotar nos corações dos brasileiros o fogo da liberdade, fez brotar nos corações e que vibrará para sempre nos corações daqueles que respeitam e admiram a liberdade como sendo ela o maior princípio para o progresso.

Nobre Deputado, V. Exa. na oportunidade, tem a nossa admiração pelo seu pronunciamento, pois V. Exa. faz aqui reviver a idéia que muitos combatem com a violência e com a morte.

Muito obrigado.

O SR. OTÁSSIO PEREIRA — Agradeço o aparte do nobre Deputado.

E continuando, Sr. Presidente, (Lê):

"... os anseios da liberdade ainda estão em todos os nossos corações. E por isso que nos reunimos nesta Casa, e em busca desta liberdade que os homens públicos e responsáveis deste País lutam em todas as frentes e em todos os campos, porque o Brasil está acima de todas as frentes, acima dos partidos, acima das ideologias, acima dos interesses de grupos e acima dos interesses pessoais.

O Brasil está acima de nossas próprias vidas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Não tenho procuração nem de meu Partido para fazer julgamento de homens públicos. Mas na qualidade de representante do povo, peço aos meus companheiros do MDB, meus companheiros da ARENA, que meditem profundamente sobre o exemplo do Joaquim José da Silva Xavier, olhando para o exemplo deste homem, sentindo a presença de seu sangue de patriota, os Srs. poderão sentir que nós da Oposição temos momentos de intransigência e às vezes até de impaciência, porque estamos movidos pelos mesmos sonhos de liberdade dos inconfindentes de 1792. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 44 Srs. Deputados.

O SR. DÁCIO LEONEL — (Pela ordem) Sr. Presidente, apenas para solicitar de V. Exa. que fosse feita a chamada nominal dos Srs. Deputados, uma vez que a chamada anterior me parece, alguns Srs. Deputados deixaram de responder.

(É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados).

Responderam a chamada 28 Srs. Deputados. Há quorum para prosseguimento da Sessão, e consequente votação.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução nº 29/73, que institui o Ciclo de Estudos sobre Problemas Brasileiros com a finalidade que especifica. — **Aprovado.**

RESOLUÇÃO Nº 29/73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º — É instituído o Ciclo de Estudos sobre Problemas Brasileiros.

Art. 2º — O Ciclo tem por finalidades:

a) — conhecer os problemas nacionais, numa visão global, especialmente no que tange ao desenvolvimento econômico, social e político;

b) permitir aos Deputados Estaduais e aos demais participantes do Ciclo, a análise das principais necessidades, tendências e possibilidades do desenvolvimento brasileiro, onde necessariamente estão inseridas as perspectivas econômicas e sociais do Paraná;

c) — sugerir medidas para acelerar o desenvolvimento econômico e social do Paraná que possam emergir da análise dos aspectos globais do desenvolvimento nacional.

Art. 3º — O Ciclo de Estudos será realizado no mês de maio da 2ª e da 4ª Sessão Legislativa, tendo como sede a Assembléia Legislativa do Estado.

Art. 4º — Do Ciclo de Estudos poderão participar representantes dos Poderes Públicos Federal, Estadual e Municipal, órgãos técnicos e científicos, representantes de entidades estu-

dantis de grau médio e universitário, entidades interessadas e convidados e os inscritos na forma do Regulamento.

Art. 5º — A partir da data da aprovação deste Resolução, cada uma das Comissões Permanentes deste Legislativo indicará

um Deputado para constituir a Comissão Executiva que terá as seguintes atribuições:

- a) elaborar o Regulamento e o Calendário do Ciclo de Estudos;
- b) fixar o orçamento das despesas;
- c) organizar o temário;
- d) coordenar sua organização e realização;
- e) dar ampla divulgação às conclusões do Ciclo de Estudos Brasileiros, bem como aos resultados subsequentes, publicando os "Anais".

Art. 6º — A Comissão constituída nos termos do artigo 5º será instalada 10 (dez) dias após a aprovação deste Projeto, e elegerá, em sua primeira reunião, 1 (hum) Presidente e 1 (hum) Vice-Presidente considerando coordenadores.

Art. 7º — A Comissão a que se refere o artigo anterior iniciará seus trabalhos 5 (cinco) dias após sua instalação e apresentará à Mesa da Assembléia Legislativa, até 45 (quarenta e cinco) dias após sua instalação, e conclusão do estudo e planejamento da matéria constante das letras do artigo 5º.

Art. 8º — Durante o período da realização do Ciclo de Estudos, as Sessões, da Assembléia Legislativa serão dedicadas exclusivamente à pauta dos trabalhos constantes do respectivo temário.

Art. 9º — O trabalho prestado às Comissões Técnicas do Ciclo de Estudos a Juízo da Comissão Executiva, será considerado como serviço relevante prestado ao Estado, com a concessão de diplomas alusivos, também a juízo da Comissão Executiva, poderão ser conferidos diplomas aos demais participantes do Ciclo de Estudos.

Art. 10º — Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14 de abril de 1975.

a) BASÍLIO ZANUSSI — Presidente

a) LINEU TURRA — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução nº 15/74, que aprova os termos do Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e o Município de Corbélia, objetivando a implantação de complexos de radiocomunicação de fonia e telegrafia no referido município. — **Aprovado.**

RESOLUÇÃO

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO Nº 15/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º — Ficam aprovados os termos do Convênio celebrados em 04 de outubro de 1973, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública e o Município de Corbélia, objetivando a implantação de complexos de radiocomunicação de fonia e telegrafia, no referido Município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14 de abril de 1975.

a) BASÍLIO ZANUSSI — Presidente

a) LINEU TURRA — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução nº 16/74, que aprova Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e os Municípios de Amaporã e Santa Cecília do Pavão, objetivando fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante a aplicação de dotações e de verbas que especifica. — **Aprovado.**

RESOLUÇÃO

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO Nº 16/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º — Ficam aprovados os Convênios celebrados em 23 de dezembro de 1973, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública e os Municípios de Amaporã e Santa Cecília do Pavão, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas dos orçamentos dos referidos Municípios.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14 de abril de 1975.

a) BASÍLIO ZANUSSO — Presidente

a) LINEU TURRA — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 406/68, que autoriza o Poder Executivo criar um Posto Agropecuário com Patrulha Mecanizada e Laboratório de Análises, subordinado à Secretaria de Agricultura, na sede do Município de Cascavel. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL AO PROJETO DE LEI Nº 406/68

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar um POSTO AGROPECUÁRIO, com Patrulha Mecanizada e Laboratório de Análises, na sede do Município de Cascavel.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14 de abril de 1975.

a) BASÍLIO ZANUSSO — Presidente

a) LINEU TURRA — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 97/73, que autoriza o Poder Executivo doar à Fundação Universidade Estadual de Londrina, a Fazenda Experimental de criação da Secretaria da Agricultura, com sede no Município de Ibioporã. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL AO PROJETO DE LEI Nº 97/73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar à FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA, a Fazenda Experimental de Criação da Secretaria de Agricultura, com sede em Ibioporã.

Art. 2º — A doação ficará isenta do Imposto de Transmissão de Propriedade Inter Vivos.

Art. 3º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14 de abril de 1975.

a) BASÍLIO ZANUSSO — Presidente

a) LINEU TURRA — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 117/73, que autoriza o Poder Executivo criar uma Faculdade de Veterinária, na

sede do Município de Castro e dá outras providências. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL AO PROJETO DE LEI Nº 117/73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA :

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar uma FACULDADE DE VETERINÁRIA, com sede e foro na cidade de Castro.

Art. 2º — A Faculdade de Veterinária referida no artigo anterior deverá fazer parte integrante da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Art. 3º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14 de abril de 1975.

a) BASÍLIO ZANUSSO — Presidente

a) LINEU TURRA — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 19/74, que cria na "Fundação Estadual Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho", os Cursos de "Orientador Educacional" e "Supervisor de Ensino". — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL AO PROJETO DE LEI Nº 19/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar na FUNDAÇÃO ESTADUAL FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE JACAREZINHO, os Cursos de Orientador Educacional e Supervisor de Ensino.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14 de abril de 1975.

a) BASÍLIO ZANUSSO — Presidente

a) LINEU TURRA — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 123/74, que transfere por morte da beneficiária Rosalia Freitas de Carvalho, a pensão mensal de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros), para sua filha Ondina Carvalho Oliveira. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 123/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º — Fica transferida por morte da beneficiária, a pensão mensal de ROSÁLIA FREITAS DE CARVALHO, concedida pela Lei Estadual nº 913, de 13 de setembro de 1953, no valor de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros), para sua filha ONDINA CARVALHO OLIVEIRA.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14 de abril de 1975

aa) BASÍLIO ZANUSSO — Presidente

LINEU TURRA — Relator

Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento dos jovens Carlos Alberto Saboia Bader e Jorge Luiz Viana de Hollemben. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Wilson Fortes, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Presidente do Banco do Estado, no sentido de ser instalada uma agência do referido estabelecimento de crédito, em São João do Caiuá. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, apresentado e lido em Sessão anterior, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Ministro Luiz Roberto Rezende Puech, Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, solicitando a criação de mais dezoito juntas de Conciliação e Julgamento, no Estado do Paraná; e, extensão de jurisdição das Juntas de Conciliação de Julgamento de Paranaguá, Ponta Grossa e União da Vitória. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lúcio Machado, lido da Tribuna, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Governador do Estado, no sentido de determinar o enquadramento do Pessoal Suplementar da Secretaria das Finanças, e que tenham mais de 5 anos de serviços prestados ao Estado. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado ao Sr. Diretor Geral do DER, sugestão para a construção de uma passagem ou trevo na travessia da BR 72, contorno de Londrina, junto a Universidade Estadual. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Diretor-Presidente do Banco do Estado do Paraná S/A, objetivando a instalação de uma agência do referido estabelecimento, na cidade de Imbituva. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado aos Srs. Governador do Estado e Secretário de Segurança, apelo no sentido de que seja designado o novo Delegado de Polícia de Maringá e que aquela Delegacia receba equipamentos e homens especializados para o combate ao crime. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, no sentido de coibir as irregularidades que a polícia de Boa Vista da Aparecida, Distrito de Capitão Leônidas Marques, vem cometendo de forma abusiva. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado à Telepar, pedido de informações, sobre diversas considerações. — Em discussão.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE — Fica transferida a discussão para a próxima Sessão, na forma do art. 150, do Regimento Interno.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 22, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs. 71/73, 73/73 e 78/73.

2ª DISCUSSÃO dos Projetos de Resolução n.ºs.: 79/73, 10/74, 13/74, 2/75 e de Lei n.ºs. 20/74, 96/74.

1ª DISCUSSÃO dos Projetos de Resolução n.ºs.: 17/74, 20/74, 25/74, 131/74, 172/74 e 191/74.

Levanta-se a Sessão.

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dez dias do mês de abril do ano de hum mil novecentos e setenta e cinco, reuniu-se a Comissão de Instrução Pública, na Sala das Reuniões, com a presença dos senhores deputados: Rosário Pitelli, Werner Wanderer, Nelson Buffara e Edilson Alencar. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, sendo aprovada a Ata da Reunião de instalação. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, onde foram relatados os seguintes processos: **PROJETO DE LEI Nº 63/74** — De autoria do senhor deputado Ovídio Franzoni, que autoriza o Poder Executivo a integrar na rede de ensino os colégios Vidigal e São Lourenço, do município de Cianorte, pertencentes à Campanha Nacional de Escolas da Comunidade. Relator: Deputado Nelson Buffara. Parecer: Favorável. Aprovado. **PROJETO DE LEI Nº 131/74**, De autoria do senhor deputado Haroldo Bianchi, que autoriza o Poder Executivo, criar na Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras da cidade de Jacarezinho, um curso de bacharelado e licenciatura em psicologia. Relator: Deputado Werner Wanderer. Parecer: Favorável. Aprovado. **PROJETO DE RESOLUÇÃO 1/74** — De autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-proposição n.º 258/73, que aprova convênio celebrado entre o Ministério de Educação e Cultura, através do Departamento de Ensino Fundamental, a Secretaria de Estado de Educação e Cultura e o Conselho Estadual de Educação do Estado do Paraná, para assistência técnica aos sistemas de ensino e planejamento Educacional. Relator: Deputado, Nelson Buffara. Parecer: Favorável. Aprovado. **PROJETO DE LEI Nº 609/67** — de autoria do senhor deputado Jacinto Simões, que cria a Fundação Educacional de Pato Branco, destinado a instalar e manter uma Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, na sede do município do mesmo nome. Relator: Deputado Werner Wanderer. Parecer: Encaminha ao Conselho Estadual de Educação para que seja estudado. Aprovado. Nada mais havendo a tratar o senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual para constar eu Maria Aparecida Amaral, secretária, lavrei a presente Ata que depois de aprovada é por mim assinada bem como pelo senhor Presidente, para que produza os efeitos legais.

aa) ROSÁRIO PITELLI — Presidente
MARIA APARECIDA AMARAL — Secretária

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos onze dias do mês de abril do ano de hum mil novecentos e setenta e cinco, às oito e trinta horas, na Sala de Reuniões

deste Poder, reuniu-se extraordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Sr. Dep. Accioly Neto, e presentes os Srs. Deps. Adalberto Daros, Dácio Leonel, Enéas Faria, Ezequias Losso, Deni Schwartz, Nilso Sguarezi e Waldenício Barbalho. Havendo número legal o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos, sendo aprovada a Ata da reunião anterior. Nada havendo para constar da Hora do Expediente, passou-se à seguinte Ordem 'do Dia: 1).—**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 3/75**, da Comissão Executiva. Dispõe sobre o número de Assesores nos Gabinetes da Presidência 1ª e 2ª Secretarias. Relator: Dep. Luiz Roberto Soares. Parecer favorável com emenda apresentada pelo Dep. Adalberto Daros. Aprovados o parecer e a emenda. 2).— **PROJETO DE LEI Nº 191/74**, do Poder Executivo. Mensagem nº76/74, encaminhando anteprojeto de Lei que majora as Funções Gratificadas dos funcionários públicos civis, bem como aumenta os valores do salário-família e pensões especiais. Relator Dep. Enéas Faria. Parecer favorável. Aprovado. 3).— **PROPOSIÇÃO Nº 27/75**, do Poder Executivo. Veto apostado ao Projeto de Lei nº 280/73, do Sr. Dep. Emílio Carazzai. Relator: Dep. Enéas Faria. Parecer contrário ao Veto. Apresentado Voto em Separado pelo Dep. Dácio Leonel, favorável ao Veto. Aprovado o parecer favorável com Votos vencidos dos Deps. Adalberto Daros e Enéas Faria. 4).— **PROPOSIÇÃO Nº 220/74, do Poder Executivo**. Veto apostado ao Projeto de Lei nº 212/74 do Dep. Gilberto Carvalho. Relator Dep. Dácio Leonel. Parecer favorável. Aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais, para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente, Dep. Accioly Neto, e por mim, Rita Celestino Soares Secretária desta Comissão.

aa) ACCIOLY NETO — Presidente
RITA CELESTINO SOARES — Secretária

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezesseis dias do mês de abril do ano de hum mil novecentos e setenta e cinco, às dezessete horas, na Sala das Comissões, sob a Presidência do senhor deputado Egon Pudell e contando com as presenças dos senhores deputados Domício Scaramella, João Cioni Neto, Lázaro Dumont e Jayme Rodrigues Carvalho, reuniu-se a Comissão de Terras, Imigração e Colonização. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada sem restrições, a Ata da reunião anterior e como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, tendo sido relatado o **PROJETO DE LEI Nº 14/75**, de autoria do Poder Executivo — Mensagem nº 13/75, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva autorização para alienar os bens imóveis que especifica e que foram arrecadados pelo Estado, nos Autos de Arrecadação de Bens Jacentes sob nº 26-A/58, da Comarca de Rio Negro. Relator Deputado Lázaro Dumont, parecer favorável. Aprovado. Sendo o que constava da Ordem do Dia e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Agildes de Oliveira Martins, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata que após lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, para que produza os efeitos legais.

aa) EGON PUDELL — Presidente
AGILDES DE OLIVEIRA MARTINS — Secretário

P O R T A R I A Nº 180/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEM-

BLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

revogar a Portaria nº 172/75, na parte que se refere a LAURO CANTARA MARTINS, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria, em 18 de abril de 1975.

JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO - Diretor Geral

P O R T A R I A Nº 181/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o nº 2914/75, de 4 de abril de 1975, deste Poder

R E S O L V E :

designar LELINGTON LOBO FRANCO, ocupante do cargo de Escriturário, nível "17", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços no Gabinete da 2ª Secretaria a partir de 1º de abril de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 18 de abril de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO - Diretor Geral

P O R T A R I A Nº 182/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o nº 3485/75, de 16 de abril de 1975, deste Poder,

R E S O L V E :

designar, ELMIRA LUIZA BAUER, ora à disposição deste Poder Legislativo, para prestar serviços na Liderança da "ARENA", junto ao Gabinete do Deputado ROSÁRIO PITELLI, até dezembro de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 18 de abril de 1975

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO - Diretor Geral

P O R T A R I A Nº 183/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atri-

buições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o nº 3196/75, de 10 de abril de 1975, deste Poder,

R E S O L V E :

designar, JUVENAL CLETO MARTINS DE AGUIAR, ora à disposição deste Poder Legislativo, para prestar serviços na Liderança da "ARENA", junto ao Gabinete do Deputado Jurandir Mesias, até 31 de dezembro de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 18 de abril de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO - Diretor Geral.

PORTARIA Nº 184/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

R E S O L V E :

lotar, CELSO RIBEIRO, ora à disposição deste Poder Legislativo, no Departamento de Finanças, Contabilidade e Pessoal.

Gabinete da Diretoria Geral, em 18 de abril de 1975

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO - Diretor Geral

PORTARIA Nº 185/75

O DIRETOR DA SECRETARIA GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o nº 3195/75, de 10 de abril de 1975, deste Poder,

R E S O L V E :

designar, YEDA BARBOSA ALVES DE MENDONÇA, ora à disposição deste Poder Legislativo, para prestar serviços na Liderança da "ARENA", junto ao Gabinete do Deputado BASÍLIO ZANUSO, até 31 de dezembro de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 18 de abril de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO - Diretor Geral

PORTARIA Nº 186/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA

LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o nº 3428/75, de 15 de abril de 1975, deste Poder.

R E S O L V E :

designar, MAURO TEIXEIRA, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços na Liderança da "ARENA", junto ao Gabinete do Deputado ARAGÃO DE MATTOS LEÃO, até 31 de dezembro de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 18 de abril de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO - Diretor Geral

PORTARIA Nº 187/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 3319/75, de 14 de abril de 1975, deste Poder,

R E S O L V E :

designar, MARLENE ANIBELLI VELLOSO, ora à disposição deste Poder Legislativo, para prestar serviços na Liderança do MDB, junto ao Gabinete do Deputado JAYME RODRIGUES DE CARVALHO, até 31 de dezembro de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 18 de abril de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO - Diretor Geral

PORTARIA Nº 188/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob nº 2948/75, de 7 de abril de 1975, deste Poder.

R E S O L V E

1- designar, ACIR VILLATORE, ocupante do cargo de nível PL "22", de Contabilista, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia para prestar serviços na Liderança da "ARENA", junto ao Gabinete do Deputado DÁCIO LEONEL DE QUADROS, e

2- autorizar, o funcionário acima citado, na conformidade do disposto no Art. 176, inciso I, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, a prestar serviços extraordinários, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento, de seus vencimentos, a partir de 1º de abril de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 18 de abril de 1975

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO - Diretor Geral

PORTARIA Nº 189/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o nº 3431/75, de 15 de abril de 1975, deste Poder

R E S O L V E :

designar, JOSÉ MARIA HEOFACKER, ora à disposição deste Poder Legislativo, para prestar serviços na Liderança da "ARENA", junto ao Gabinete do Deputado JURANDIR MESSIAS, até 31 de dezembro de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 18 de abril de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO - Diretor Geral

PORTARIA Nº 190/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2528/75, de 25 de março de 1975, deste Poder,

R E S O L V E :

designar LUIZ GABRIEL POPLADE CERCAL e LEIZA MARIA XIMENEZ, ambos ora à disposição deste Poder Legislativo, para prestarem serviços, na Liderança da ARENA, junto ao Gabinete do Deputado ACCIOLY NETO, até 31 de dezembro de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 18 de abril de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO - Diretor Geral.

PORTARIA Nº 191/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2506/75, de 25 de março de 1975, deste Poder,

R E S O L V E :

designar WALMIR REIS GONÇALVES, ora à disposição deste Poder Legislativo, para prestar serviços na Liderança da ARENA até 31 de dezembro de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 18 de abril de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO - Diretor Geral.

PORTARIA Nº 192/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 3178/75, de 9 de abril de 1975, deste Poder,

R E S O L V E :

designar MAURO FLORIANO COTARELLI, ora a disposição

deste Poder Legislativo, para prestar serviços no Departamento Administrativo, na Divisão de Serviços Gerais, até 31 de dezembro de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 18 de abril de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO - Diretor Geral

PORTARIA Nº 193/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2901/75, de 4 de abril de 1975, deste Poder.

R E S O L V E :

designar OSMAR RAMOS DE OLIVEIRA, ora a disposição deste Poder Legislativo, para prestar serviços na Liderança da ARENA, junto ao Gabinete do Deputado GABRIEL MANOEL, até 31 de dezembro de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 18 de abril de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO - Diretor Geral

PORTARIA Nº 194/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1714/75, de 6 de março de 1975, deste Poder.

R E S O L V E :

designar SEBASTIÃO DOMICIANO DE SOUZA, ora a disposição deste Poder, para prestar serviços na Liderança da ARENA, junto ao Gabinete do Deputado FRANCISCO ESCORSIN, até 31 de dezembro de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 18 de abril de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO - Diretor Geral

PORTARIA Nº 197/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2068/75, de 14 de março de 1975, deste Poder,

R E S O L V E :

revogar a Portaria nº 58/75, na parte que se refere a ALDINAR CORREA DE FREITAS, ora a disposição deste Poder, a partir de 1º de abril de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 18 de abril de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO - Diretor Geral

PORTARIA Nº 198/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 3429/75, de 15 de abril de 1975, deste Poder,

R E S O L V E :

designar DILCE TEODORO DE OLIVEIRA, ora a disposição deste Poder, para prestar serviços na Liderança da ARENA junto ao Gabinete do Deputado WERNER WANDERER, até 31 de dezembro de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 18 de abril de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO - Diretor Geral

PORTARIA Nº 199/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2749/75, de 2 de abril de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

autorizar PAULO ORLANDO MADER DE BITTENCOURT, ora à disposição deste Poder Legislativo, na conformidade do disposto no Art. 176, inciso I, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, a prestar serviços extraordinários, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento de seus vencimentos, a partir de abril de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 18 de abril de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 200/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2875/75, de 4 de abril de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

autorizar NEILA MILANI RASEIRA, ora à disposição deste Poder, na conformidade do disposto no Art. 176, inciso I, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, a prestar serviços extraordinários, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%), a partir de 1º de março de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 18 de abril de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 201/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2721/75, de 1º de abril de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

lotar, OLGA MARIA ROCHA ATHAYDE, ocupante do cargo de nível PL “20”, de Oficial de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, no Departamento de Divulgação Legislativa e Relações Públicas.

Gabinete da Diretoria Geral, em 18 de março de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 202/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1452/75, de 3 de março de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

designar JOANA BEATRIZ VIEIRA DO ESPÍRITO SANTO, ora à disposição deste Poder Legislativo, para prestar serviços na Liderança do MDB, junto ao Gabinete do Deputado VALTER PIETRÂNGELO.

Gabinete da Diretoria Geral, em 18 de abril de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 203/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEM-

BLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 3318/75, de 14 de abril de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

designar LUZIA CAMARGO CRUZ, ora à disposição deste Poder Legislativo, para prestar serviços no Gabinete da 1ª Secretaria, até 31 de dezembro de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 18 de abril de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 204/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2369/75, de 21 de março de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

designar EMILIA APARECIDA RIVERO, ora à disposição deste Poder Legislativo, para prestar serviços na Liderança do MDB, junto ao Gabinete do Deputado VALTER PIETRÂNGELO.

Gabinete da Diretoria Geral, em 18 de abril de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 205/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2906/75, de 4 de abril de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

I – designar ANTONIO GARCIA, ocupante do cargo de Advogado, nível PL “30”, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços na Liderança da ARENA, junto ao Gabinete do Deputado JOÃO CIONI NETO, a partir de 12 de março de 1975; e

II – autorizar o funcionário acima citado, na conformidade do disposto no Art. 176, inciso I, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, a prestar serviços extraordinários, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, a partir de 12 de março de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 18 de abril de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 206/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2522/75, de 25 de março de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

designar GILBERTO FELIX DA SILVA, ocupante do cargo de Secretário de Comissão do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços no Gabinete da 1ª Secretaria, a partir de 1º de março de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 18 de abril de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 207/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEM-

BLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2368/75, de 21 de março de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

designar JOSÉ AFONSO BARAÚNA MOREIRA, ora à disposição deste Poder Legislativo, para prestar serviços no Gabinete da Presidência, até 31 de dezembro de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 18 de abril de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 208/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2714/75, de 1º de abril de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

conceder a ELIDA DAITECHMANN, ocupante do cargo de Oficial de Administração, nível PL “23”, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias referentes ao exercício de 1975, a partir de 7 de abril de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 18 de abril de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 209/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1440/75, de 3 de março de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

revogar a Portaria nº 32/75, de 17 de fevereiro de 1975, que concedeu trinta (30) dias de férias, sendo 15 (quinze) dias referentes ao ano de 1973, e quinze (15) dias referentes ao ano de 1974, à funcionária LINDAMIR GONÇALVES BORGONO, ocupante do cargo de Auxiliar de Plenário e Conservação, nível PL “15”, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a partir de 4 de março de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 18 de abril de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 210/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2191/75, de 18 de março de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

designar JOSÉ TAR UNIO ISFER, ocupante do cargo de Auxiliar Técnico, nível PL “28”, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços no Gabinete da 1ª Secretaria a partir de 1º de fevereiro de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 18 de abril de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 211/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo pro-

tolado sob o nº 2034/75, de 14 de março de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

designar MOYSÉS ABDALA MAGALHÃES, ocupante do cargo de Oficial de Administração nível PL “23”, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços no Gabinete da 1ª Secretaria.

Gabinete da Diretoria Geral, em 18 de abril de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 212/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1584/75, de 4 de março de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

designar BELMIRO MARTIN, ocupante do cargo de Oficial Legislativo, nível PL “22”, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços na Liderança do MDB, junto ao Gabinete do Deputado NELSON BUFFARA.

Gabinete da Diretoria Geral, em 18 de abril de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 213/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2088/75, de 14 de março de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

designar MARILU FANCHER BECKER, Auxiliar Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços no Gabinete da 1ª Secretaria, a partir de 14 de março de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 18 de abril de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 214/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2641/75, de 31 de março de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

designar MAURÍCIO CESAR PEREIRA, ora a disposição deste Poder Legislativo, para prestar serviços na Liderança do MDB, junto ao Gabinete do Deputado NELSON BUFFARA.

Gabinete da Diretoria Geral, em 18 de abril de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 215/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1588/75, de 4 de março de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

designar HONÓRINO LUIZ COLLA, ocupante do cargo de Contabilista nível PL “22”, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta

Assembléia, para prestar serviços na Liderança do MDB, junto ao Gabinete do Deputado ERNESTO DAL'OGGIO.

Gabinete da Diretoria Geral, em 18 de abril de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 216/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 3100/75, de 8 de abril de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

autorizar ROBERTO DINIZ SATYRO, ocupante do cargo de Secretário de Comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, na conformidade do disposto no Art. 176, inciso I, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, a prestar serviços extraordinários, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, a partir de 7 de abril de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 18 de abril de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 217/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de

suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1576/75, de 4 de março de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

designar WILSON OSIRES PIOVESAN, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços na Liderança da ARENA, junto ao Gabinete do Deputado BASÍLIO ZANUSSO.

Gabinete da Diretoria Geral, em 18 de abril de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

DECRETO LEGISLATIVO Nº 208/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2914/75, de 4 de abril de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

designar LELINGTON LOBO FRANCO, ocupante do cargo de Escriurário, nível PL "17", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer o cargo de Auxiliar de Gabinete da 2ª Secretaria, percebendo as vantagens inerentes ao cargo, a partir de 1º de abril de 1975.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 18 de abril de 1975.

a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente

a) AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário

a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário